



# **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

## **Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde**

### **MANIFESTO DOS DOCENTES DA FACHS – PUC-SP CONTRA PL 1904/ 2024**

Professores e professoras da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP, que reúne profissionais de psicologia, fisioterapia e fonoaudiologia, todas elas áreas da saúde, vêm a público apresentar sua manifestação contrária à aprovação do PL 1904/2024 que fixa em 22 semanas de gestação o prazo máximo para realização de aborto legal de vítimas de estupro.

Preocupa-nos o crescimento no legislativo brasileiro de posições patriarcais e machistas que permitem o exercício da dominação social sobre os corpos das mulheres e que aqui se apresenta em sua face mais violenta. Isto significa retrocesso dos avanços conquistados que permitiram desenvolvimento e fortalecimento da democracia, como garantia de direitos. Além disso o PL permite a inserção de posições religiosas e morais nas concepções do Estado que deve ser laico, condição necessária para a afirmação da democracia.

As áreas da saúde, aqui representadas pela Fisioterapia, Fonoaudiologia e Psicologia, sabem, por experiência profissional que os estupros são experiências que trazem graves comprometimentos para a saúde mental e sofrimento; quando seguidos de gravidez levam até mesmo ao suicídio. Além disso, crianças e adolescentes que se tornam gestantes apresentam risco de vida por não apresentarem maturidade, em seus corpos, para receberem uma gestação. Vale ressaltar que 61% das vítimas de estupro no país têm de 0-13 anos. Agressores são em 86% dos casos pessoas conhecidas; 64% dos casos os estupradores são pessoas da família, o que dificulta e retarda a denúncia da violência e devido pedido de ajuda. Estes dados são suficientes para entendermos que a questão não pode ser tratada de forma a penalizar e criminalizar as vítimas da violência sexual e desampará-las. Nosso legislativo está optando por punição estatal às mulheres e, em especial, às crianças e jovens. Crenças religiosas e morais, inadmissíveis em um Estado democrático e laico, não podem, além disso, servir para ocultar a violência do estupro e qualquer forma de violência contra mulheres, jovens e crianças.

As áreas da saúde são conhecedoras da importância das condições de vida, do respeito aos direitos e da educação como processo de desenvolvimento de uma cidadania plena, para a saúde mental da população e, em especial, das mulheres e de nossas crianças e jovens. O respeito a elas se dá na garantia de seus direitos e na afirmação de sua cidadania compondo uma rede de responsabilidade e da ética do cuidado.

Nosso empenho e compromisso será de garantir-lhes estas condições e lutar por políticas públicas que se ocupem de enfrentar a complexidade da questão.

Assinam esta manifestação professores e professoras que compõem o corpo docente da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.